

Veículo: Metro1	
Data: 03/06/2019	Caderno: Política



Política

Zé Neto diz que PT precisa fazer 'autocrítica' e 'enfrentar' tema da reforma tributária

Deputado quer alteração na legislação para chegar a menos imposto nas mercadorias e mais tributo sobre os lucros



Foto: Matheus Simoni/Metropress

Por **Juliana Almirante** no dia 03 de Junho de 2019 · 09:05

O deputado federal Zé Neto (PT) defendeu, em entrevista à **Rádio Metrópole** hoje (3), que o PT faça uma "autocrítica" e coloque em pauta a discussão da reforma tributária no país.

"Temos que pensar em saídas. Tem que enfrentar imediatamente um tema que nós do PT ainda não conseguimos enfrentar como deveríamos. Tem que ter autocrítica. Que é a questão da reforma tributária", declarou.

"Temos que ter reforma tributária que acabe com essa estupidez que vivemos há décadas no Brasil que é um imposto regressivo. Quando no mundo, os países que avançaram, o imposto é progressivo. Regressivo é: quem ganha menos, paga mais. E aqui, a gente vive isso. Quando na verdade deveria ser como nos EUA. Não gosta de parecer tanto com os EUA? Lá a mercadoria tem menos imposto. O celular lá custa um terço do que custa aqui ou menos. Então menos imposto nas mercadorias e mais imposto sobre o que você lucra. Então quem ganha mais, paga mais imposto", completou o petista.

Ele também afirmou que a reforma da Previdência, da maneira que foi enviada pelo governo Bolsonaro ao Congresso, vai ser ruim não apenas para os mais pobres, mas também para os cofres dos estados e municípios.

"Tem gente que fala que é a reforma que tira dos pobres. Está claro. Agora ela tira da economia brasileira. A cada 10 municípios brasileiros, sete tem mais recursos na Previdência do que recursos no FPM (Fundo de Participação dos Municípios), responsável pelo gerenciamento da administração dos municípios. Eu te digo, de 96% dos municípios que vivem só com o FPM. A Bahia tem quase R\$ 29 bilhões de Previdência que chega por ano para as pessoas. Os cofres do FPM não chegam a R\$9 bilhões, para todos os 417 municípios", aponta.

Eleições municipais

Pré-candidato à prefeitura de Feira de Santana, Zé Neto disse que, inicialmente, havia pensado em deixar o lançamento da candidatura para o ano que vem, mas foi surpreendido com a escolha do partido pelo seu nome.

"Achava que era deixar para o ano que vem, mas lá em Feira, todo mundo já tinha lançado desde o ano passado. No PT, quem lança é o partido. Sempre enfentei alguma daquelas disputas de corrente do PT. Dessa vez, fiquei na minha e o partido amadureceu esse processo todo", declarou.

"Como militante, sou pré-candidato, isso não impede de discutir com outros partidos. Vamos fazer caravana em todos os distritos, andando nos bairros da cidade e conversando com movimentos", completou.

Veículo: Baiano News	
Data: 02/06/2019	Caderno: Política



POLÍTICA

Governadores se unem para manter estados na proposta de reforma da Previdência

Se forem retirados da reforma, estados e municípios precisariam tentar aprovar mudanças em assembleias legislativas e câmaras municipais

02/06/2019 15h59

Por: Redação



Foto: Luana Bernardino

Os governadores se mobilizam para evitar que estados e municípios sejam excluídos da reforma da Previdência. De acordo com o jornal O Globo, a decisão foi tomada no sábado (1º), depois que o relator da proposta, deputado Samuel Moreira (PSDB), em acordo com o governo, passou a admitir que vai excluir as mudanças nas regras de aposentadoria dos servidores estaduais e municipais.

Segundo Moreira, caberá aos líderes dos partidos na Câmara bater o martelo esta semana. Após reação negativa de governadores, o presidente Jair Bolsonaro afirmou que prefere mantê-los no projeto, mas ponderou que a decisão é da Câmara e que ele não tem “nada a ver com isso”.

O plano do relator e da equipe econômica era facilitar a aprovação da reforma no Congresso. Apesar da severa crise fiscal dos estados, boa parte dos parlamentares, sobretudo do chamado “centrão”, resiste a mexer nas aposentadorias dos servidores públicos de seus estados. Moreira disse que levará o tema, “polêmico e grave”, aos líderes partidários antes de concluir seu texto.

Se forem retirados da reforma, estados e municípios precisariam tentar aprovar mudanças em suas assembleias legislativas e câmaras municipais.

Veículo: Bnews	Caderno: Política
Data: 03.06.2019	



Política

Presidente da UPB é contra retirada de estados e municípios da reforma da Previdência



03 de Junho de 2019 às 09:48 Por: **BNews** Por: **Bruno Luiz e Guilherme Reis** 0 comentários

O presidente da União dos Municípios da Bahia (UPB), Eures Ribeiro (PSD), mostrou-se contrário à retirada de estados e municípios da reforma da Previdência, conforme sinalizou o relator da proposta, o deputado Samuel Moreira (PSDB-SP).

"Tem que ser feito tudo junto. A reforma da Previdência tem que ter estados e municípios, tudo num bolo só. Sou contra separar a questão dos municípios da questão da União", disse ao **BNews**, durante a marcha dos prefeitos no Centro Administrativo da Bahia (CAB).

Sobre a sucessão no comando da UPB, Eures disse que isso será decidido apenas no ano que vem, mas que seu candidato sairá do PSD. "Isso vai ser decidido no ano que vem. Tem vários pré-candidatos em Bom Jesus da Lapa do meu grupo político. Claro que vou apresentar alguém do meu grupo, do PSD, mas não há ninguém definido ainda", afirmou.

Veículo: Folha de S. Paulo	Caderno: Mercado
Data: 01/06/2019	Página: --

FOLHA DE S.PAULO

Bolsonaro diz que gostaria de manter estados e municípios na reforma

Relator passou a admitir retirar da proposta mudança de regras para servidores regionais

1º.jun.2019 às 16h23

Danielle Brant Thiago Resende
Brasília

O presidente [Jair Bolsonaro](#) afirmou neste sábado (1º) que gostaria de manter estados e municípios na [reforma da Previdência](#), mas que caberá à Câmara decidir sobre o tema.

"Nós gostaríamos que fosse tudo junto, mas, como tem partidos que querem que aprove [a separação de estados e municípios], e eles votando contrário, há esse impasse dentro da Câmara. Não tenho nada a ver com isso. Quero aprovar a reforma basicamente como chegou lá. Quero que o pessoal se entenda", disse.

"Tem parlamentar reclamando: 'Olha, a gente quer votar, mas o colega de tal partido quer que ela passe, mas ele votando o contrário porque tem algum desgaste no estado. Esse é o problema que está acontecendo dentro da Câmara", ressaltou.

Bolsonaro deu entrevista aos jornalistas após almoçar na casa de um amigo militar, em Brasília.

Após reunião, nesta sexta-feira (31), com a equipe econômica do governo, o relator da reforma, Samuel Moreira (PSDB-SP), passou a admitir, a congressistas mais próximos, [excluir as mudanças nas regras de aposentadoria dos servidores estaduais e municipais](#).

Neste sábado (1º), Moreira convocou a imprensa para dizer que esse assunto ainda está em estudo e que precisa consultar os líderes partidários.

"Não há decisão sobre isso. Não há nenhuma definição sobre isso. Esse é um assunto polêmico e grave, muito grave", declarou.

"O que vai manter ou não [estados e municípios na reforma] são os votos. E quem tem votos são os deputados", concluiu, ressaltando que está trabalhando com várias hipóteses.

Moreira esteve, neste sábado, novamente reunido com a equipe do Ministério da Economia.

Segundo interlocutores, uma possibilidade em estudo é prever que governadores e prefeitos possam aprovar leis ordinárias, que dependem de maioria simples, nos respectivos órgãos legislativos para aderir à reforma.

Assim, os critérios de aposentadorias dos servidores passariam a ser os mesmos do funcionalismo público federal, que continuará dentro do projeto que está no Congresso.

A ideia dele é que não haja prazo para que os governadores e prefeitos tenham que aprovar o projeto de lei ordinário. Moreira encontrou-se nesta sexta com integrantes do governo.

Técnicos do Ministério da Economia argumentam que o sistema previdenciário dos estados e municípios

também precisa ser reestruturado diante da crise nas contas públicas, mas a pressão no Congresso para derrubar esse item da reforma é grande.

Embora o déficit anual na Previdência dos estados esteja próximo de R\$ 90 bilhões, deputados não querem ter o desgaste político em aprovar regras mais duras para que servidores estaduais – e também municipais – se aposentem.

Essa foi uma reação à campanha de governadores e prefeitos – especialmente da oposição ao presidente Jair Bolsonaro – contra a reforma da Previdência e a quem votasse a favor da proposta.

Por isso, deputados passaram a recusar a ideia de aprovar medidas impopulares que beneficiariam o ajuste nas contas de estados e municípios.

Esse movimento cresceu nas últimas semanas e, então, foram apresentadas emendas —sugestões de mudanças na proposta de Bolsonaro— para excluir servidores estaduais e municipais da reforma.

Integrante de um partido favorável à reestruturação da Previdência, Moreira não queria poupar os funcionários de estados e municípios do endurecimento das regras, pois ele considera grave o problema fiscal desses entes.

Mas o relator e a equipe econômica avaliam que, diante do cenário atual na Câmara, um texto mantendo esse item não deverá ser aprovado, prejudicando, assim, o ajuste nas contas da União.

A PEC (Proposta de Emenda à Constituição) deve gerar uma economia de R\$ 1,2 trilhão em dez anos para a União.

O efeito das mudanças nas aposentadorias de servidores estaduais representaria um corte de R\$ 350 bilhões nesse mesmo período; e cerca de R\$ 170 bilhões no caso dos municípios. Moreira deve apresentar o relatório à comissão especial da reforma antes do dia 15 de junho.

Ainda não há prazo para votação do parecer na comissão, que é a etapa anterior à análise pelo plenário da Câmara, onde o governo precisará de 308 votos de um total de 513 deputados.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), um dos principais fiadores da reforma, quer concluir a votação no plenário até meados de julho.

Veículo: Correio	Caderno:
Data: 02/06/2019	Página:



BRASIL

Previdência: Bolsonaro defende estados em reforma

IMPASSE O presidente Jair Bolsonaro defendeu ontem a manutenção de estados e municípios na reforma da Previdência, mas comentou que “há impasse na Câmara”. “O que nós gostaríamos é que fosse tudo junto”, disse, após um churrasco na casa de um amigo em Brasília. “Está esse impasse dentro da Câmara e não tenho nada a ver com isso. A Câmara é que decide agora”, afirmou. O presidente disse querer aprovar o texto “basicamente como chegou lá”. “Espero que o pessoal se entenda”, disse.

O jornal O Estado de S. Paulo apurou que existe a chance de o relator, deputado Samuel Moreira (PSDB-SP), manter o alcance da re-

forma para estados e municípios, mas não há martelo batido a respeito.

Os parlamentares, por sua vez, poderiam apresentar um destaque para votar, em separado, alguma emenda que retire os governos regionais da proposta.

Questionado sobre o assunto, Moreira disse que a permanência de estados e municípios dependerá do apoio de lideranças no Congresso Nacional. Ele alertou que os governos regionais têm déficit anual de R\$ 96 bilhões com o pagamento de aposentadorias e pensões, o que torna a aprovação da proposta essencial.

“O que vai manter ou não (estados e municípios na re-

forma) são os votos, e quem tem voto são os deputados, precisamos respeitar essa autonomia”, afirmou.

A equipe econômica não deve entrar na bola dividida entre governadores e Congresso pela permanência dos governos regionais na reforma. A resistência é dos parlamentares, que não querem “assumir o ônus” de aprovar o endurecimento das regras no lugar dos estados.

Moreira deve conversar amanhã com governadores do PSDB sobre o tema. O relator disse ainda que deverá entregar o parecer sobre a reforma até o fim desta semana ou início da seguinte. A ideia é concluir o texto antes do prazo de 15 de junho.

Veículo: O Globo	Online
Data: 03/06/2019	Coluna: Economia

O GLOBO

Estados poderão ter opção de aderir às regras da reforma

Relator da Comissão Especial que analisa a proposta na Câmara vai apresentar aos líderes de partidos três alternativas para manter governos regionais na reforma. Em uma delas, eles poderiam ratificar ou desistir das regras federais depois de um prazo

Comissão Especial estuda dar prazo para que os governos regionais ratifiquem ou desistam das regras federais para aposentadoria.

Sob pressão de parlamentares que não querem incluir estados e municípios na reformada Previdência, o relator da Comissão Especial que analisa a proposta de emenda constitucional (PEC), deputado Samuel Moreira (PSDB-SP), vai apresentar aos líderes de partidos no Congresso esta semana três alternativas para que os governos regionais permaneçam no texto. Segundo o presidente da comissão, deputado Marcelo Ramos (PL-AM), uma das possibilidades é chamada de “embarque”. Ela garante que haverá no texto previsão de que as novas regras da Previdência poderão ser aplicadas a servidores estaduais e municipais, mas somente se forem aprovadas localmente.

Para facilitar a tramitação de normas estaduais e municipais, essa primeira alternativa deixaria expresso na PEC que os governos locais podem propor mudanças nas regras da previdência de seus servidores por lei ordinária, instrumento que precisa de quórum menor para ser aprovado.

A segunda alternativa é o “desembarque”. Pela mesma regra, estados e municípios seriam abrangidos inicialmente pela PEC, mas haveria previsão de que, no prazo de seis meses, pudessem optar por não aderir às normas aprovadas no Congresso, ficando livres para adotar regulamentação própria. Passado esse período, se não fizessem mudanças, ficariam valendo as regras da União. O “desembarque” já estava previsto na reforma do governo Michel Temer.

— O relator vai tentar construir um texto que consiga unificar o máximo de partidos, e talvez considere rare o embarque. Mas o pior é o relatório que não tem voto. Não adianta fazer relatório ideal que não tenha voto. Há várias formas de incluir e tirar estados e municípios das regras, mas hoje a tendência majoritária dos líderes é de retirar — disse Ramos.

A terceira opção é a que enfrenta maior resistência pelos parlamentares. Deixar o texto como foi elaborado pelo governo para que a reforma da Previdência alcance União, estados e municípios.

CONTA RECAI SOBRE A UNIÃO

Ao defender que os governadores adotem alguma medida em relação às regras previdenciárias, Ramos lembrou que a conta do déficit de estados e municípios acaba sendo da União, que os socorre quando necessário:

— Os governadores não podem se omitir. Eles têm que fazer alguma coisa. Tem governador que diz que é a favor, mas não manda a proposta de reforma para sua assembleia.

No último sábado, Samuel Moreira afirmou que seu relatório deve ser apresentado, no máximo, no começo da semana que se inicia no dia 10, antes do prazo determinado de 15 de junho. Até lá, reuniões com líderes de partidos definirão o teor do texto final.

Nesta semana, um grupo de governadores promete fazer pressão sobre as bancadas estaduais e recorrer ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e ao relator para manter estados e municípios na reforma da Previdência.

—Todos nós vamos nos mobilizar. Talvez não haja coincidência de todos os governadores, mas cada um agindo dentro da sua bancada e junto ao presidente Rodrigo Maia e ao relator para que a matéria esteja incluído no texto—disse o governador de Goiás, Ronaldo Caiado (DEM).

O argumento é que deixar os estados de fora das novas regras de aposentadoria inviabilizará a todos, com um colapso generalizado no país.

—Ao termos um colapso das estruturas estaduais, o país é levado a uma situação de desordem, de desobediência civil —disse Caiado, afirmando que fazer a reforma sem estados “não é condizente com a gravidade do momento”.

Ontem, o presidente Jair Bolsonaro afirmou que está “mobilizando” os senadores para comparecerem na sessão marcada para hoje para votar a medida provisória (MP) que combate as fraudes no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). O texto perde a validade se não for aprovado hoje. (Colaborou Daniel Gullino)

Veículo: O Globo	Online
Data: 01/06/2019	Coluna: Economia

O GLOBO

Não há saída sem reforma adequada da Previdência

Ensina a experiência que medidas voluntaristas de nada adiantam, vide o que aconteceu com Dilma

A conjugação da tramitação do projeto de reforma da Previdência com a informação do IBGE de que o PIB se retraiu 0,2% no primeiro trimestre, o que aproxima o país de mais uma recessão, serve bem para ilustrar este momento em que política e economias se misturam. Há uma subordinação das posturas dos agentes econômicos a o que acontecerá no front desta reforma. E enquanto paira incerteza sobre a aceitação do projeto no Congresso, não funcionarão engrenagens vitais para o sistema produtivo voltar se mover.

Como as dos investimentos, que recuaram 1,7%, pelo segundo trimestre consecutivo. Significa que a capacidade produtiva não se expande. Indicador indiscutível da falta de confiança. Há algum tempo reivindicam-se do governo ações de curto prazo destinadas a reaquecer a produção. O próprio ministro da Economia, Paulo Guedes, acaba de acenar com mais uma rodada de liberação do FGTS, medida já tomada no governo Temer. Mais dinheiro

no bolso da população aquece o consumo das famílias, o que, por sinal, evitou que a retração fosse maior — o consumo da população, que representa 64% da formação do PIB, cresceu 0,3%. Permitir saque no FGTS ajuda, em tese, a manter esta tendência. O ministro, porém, condiciona a medida à aprovação da reforma, que precisa no mínimo gerar uma economia em dez anos de R\$ 1 trilhão. Não é errado dizer que a Previdência tem de ser complementada por outras ações. Mas, sem esta reforma, imprescindível para que saia do horizonte a perspectiva da insolvência do Estado, investimentos continuarão nas gavetas.

O sistema não se moverá para frente, porque ninguém arriscará apostar seu dinheiro em fábricas, lojas, no que for, se há um desastre macroeconômico à espera na esquina.

A situação dramática das contas públicas é comprovada pela imprensa com que o governo necessita que o Congresso aprove um crédito suplementar de no mínimo R\$ 146 bilhões, afim de que não falte dinheiro para salários, aposentadorias, pensões e outras despesas essenciais do dia a dia. Devido à importante “regra de ouro”, o Estado não pode se endividar para bancar despesas correntes, a não ser com permissão do Congresso.

A situação confirma a impossibilidade de o país continuar com as contas em dia, se gastos que aumentam autonomamente — aposentadorias e pensões — não forem contidos. Pode-se argumentar que basta colocar a economia para crescer e gerar arrecadação. Mas como, se há o espectro da quebra fiscal logo à frente? Foi este raciocínio voluntarista, ou “desenvolvimentista”, que levou Dilma Rousseff a contrariar a Lei de Responsabilidade Fiscal, sofrer impeachment e levar o país a uma recessão nunca registrada (mais de 7%), no biênio 2015/2016. O ciclo foi iniciado na verdade em 2014, e do qual ainda não nos livramos cinco anos depois. Dados sobre o mercado de trabalho no trimestre fevereiro/ abril mostram 13,2 milhões de desempregados. Aproxima-se mais uma década perdida.

Veículo: Política Livre	
Data: 03/06/2019	Caderno: Economia

Raul Monteiro
POLÍTICALIVRE
A POLÍTICA LEVADA A SÉRIO

Governadores buscam aporte de R\$ 15 bilhões ainda para este ano

Foto: Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil



Gustavo Canuto

No dia 24 de maio, durante reunião no Recife, o presidente Jair Bolsonaro respondeu com uma brincadeira ao pleito dos 11 governadores da região abrangida pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) – a maioria, da oposição. “Passem uma caneta que eu assino já”, disse Bolsonaro na ocasião. O governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), entrou no clima da brincadeira e em minutos redigiu a minuta de um projeto de lei. Bolsonaro, logicamente, não assinou o papel, mas anunciou um aporte extra de R\$ 4 bilhões ao Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste e se comprometeu a levar adiante o pedido dos governadores. Eles pleiteiam acesso em caráter emergencial, por causa da crise econômica que atinge diretamente as administrações estaduais, a 30% dos recursos existentes nos fundos constitucionais de desenvolvimento das regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste para obras de infraestrutura. Esses fundos somam mais de R\$ 46 bilhões. Caso a proposta seja efetivada, os Estados teriam quase R\$ 15 bilhões a mais nos cofres ainda este ano. Hoje os recursos só podem ser liberados diretamente para empresas e agricultores inscritos nos programas regionais de crédito. Este é o projeto mais ambicioso nascido dos novos consórcios regionais e o apoio do governo significa uma importante vitória dos Estados que podem ser beneficiados. Com apoio do governo federal, a proposta foi aprovada pelos conselhos deliberativos das respectivas regiões e agora está em fase de elaboração no Ministério do Desenvolvimento Regional. “Quanto ao pleito apresentado pelos governadores do Norte e do Centro-Oeste, o Ministério do Desenvolvimento Regional recebeu a proposta de resolução dos conselhos deliberativos e, agora, está trabalhando para definir os procedimentos e identificar os ajustes normativos necessários à viabilização dessa proposta”, informou a pasta, por meio de nota. Para o ministro Gustavo Canuto, a liberação do recurso é importante para o desenvolvimento da região Nordeste. “É importante destacar que esse crédito está disponível para setores diversos da economia e pode atender desde o pequeno agricultor familiar a grandes empreendimentos na região. Estamos falando, também, de obras de logística e de iniciativas para a geração de energia elétrica com fontes limpas, por exemplo. É um recurso que auxilia bastante o desenvolvimento do Nordeste”, disse.

Estadão

Veículo: Folha de S. Paulo	Caderno: Mercado
Data: 03/06/2019	Página: --

FOLHA DE S.PAULO

Em novo corte, mercado reduz projeção de crescimento do PIB para 1,13%

Para 2020, porém, estimativa continua em 2,5%

3.jun.2019 às 9h39

São Paulo | Reuters

A expectativa para o crescimento econômico do Brasil foi reduzida mais uma vez na pesquisa Focus do Banco Central divulgada nesta segunda-feira (3) após o país voltar a [registrar contração no primeiro trimestre](#).

O levantamento mostrou que os economistas consultados cortaram pela 14ª vez seguida a projeção para o Produto Interno Bruto (PIB) este ano, passando a ver [uma expansão de 1,13%, de 1,23% antes](#).

A economia brasileira iniciou 2019 [com contração de 0,2% no primeiro trimestre](#), com fraqueza em indústria, agropecuária e investimentos, na primeira queda trimestral desde o fim de 2016.

O cenário confirma o quadro de dificuldades da economia e as preocupações com as perspectivas, embora a estimativa do PIB para 2020 no Focus tenha permanecido em uma expansão de 2,50%.

A pesquisa semanal mostrou também ajuste nas contas para a inflação, com a alta do IPCA neste ano estimada em 4,03%, de 4,07% antes. Para 2020 permanece a perspectiva de uma inflação de 4%.

O centro da meta oficial de 2019 é de 4,25% e, de 2020, de 4%, ambos com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou menos.

Apesar da fraqueza da economia, o BC deve manter a taxa básica Selic no atual patamar de 6,5% até o final do ano, segundo os economistas consultados, elevando a taxa para 7,25% no fim de 2020, em cenário inalterado.

O Top-5, grupo dos que mais acertam as previsões, também manteve suas contas, com a Selic a 6,5% este ano e a 7,0% em 2020.

Veículo: Política Livre	
Data: 03/06/2019	Caderno: Economia



Mercado reduz projeção de crescimento da economia pela 14ª vez

A estimativa do mercado financeiro para o crescimento da economia caiu pela 14ª vez seguida. É o que mostra o boletim Focus, do Banco Central (BC), divulgado hoje (3) em Brasília. A projeção para a expansão do Produto Interno Bruto (PIB) – a soma de todos os bens e serviços produzidos no país – desta vez foi reduzida de 1,23% para 1,13%. Para 2020, a projeção foi mantida em 2,50%, assim como para 2021 e 2022. A estimativa de inflação, calculada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), caiu de 4,07% para 4,03% este ano, foi mantida em 4% para 2020, e em 3,75% para 2021 e 2022. A meta de inflação de 2019, definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), é de 4,25% com intervalo de tolerância entre 2,75% e 5,75%. A estimativa para 2020 está no centro da meta: 4%. Essa meta tem intervalo de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Para 2021, o centro da meta é 3,75%, também com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual. O CMN ainda não definiu a meta de inflação para 2022.

Agência Brasil

Tribuna



LEANDRO MAZZINI

PACOTE PRONTO

- Embora esperada, a queda de 0,2% do Produto Interno Bruto no 1º trimestre acendeu o alerta na equipe econômica do Governo de Jair Bolsonaro (PSL). Apesar do impacto negativo dos dados divulgados pelo IBGE, o Governo, por ora, evita admitir que o País esteja à beira de nova recessão. A determinação para a equipe econômica é destravar a execução do pacote de medidas, amarrado 'em estudo' desde abril, para tentar alavancar a economia e incentivar a indústria, reduzir custos de empresas, gerar empregos e promover mudanças regulatórias no mercado.

Tribuna

PONTO DE VISTA

A verdade prevalecerá na Previdência Social

Inaldo da Paixão Santos Araújo e Luciano Chaves de Farias

Em oportunidade anterior, publicamos neste democrático espaço o texto "A Pós-verdade da Previdência Social". Nele, alertamos para possíveis emoções e crenças sociais que poderiam contaminar uma análise mais técnica e adequada da reforma da Previdência. Na ocasião, o Projeto tinha acabado de chegar ao Parlamento e concluímos defendendo a necessidade de ampliação do debate e clamando à sociedade para fazer sua parte, participando das discussões, das audiências públicas. Pois bem. Chegou o momento! Neste mês de maio, a Comissão da Câmara dos Deputados, que vai analisar o mérito da PEC n.º 06/19, iniciou seus trabalhos. Conforme divulga-

do, estão previstas onze audiências públicas com cerca de sessenta convidados para debater a tentativa de reforma da Previdência apresentada pelo Presidente da "nova política".

Antes de qualquer abordagem, deve-se registrar que o Brasil, desde a CF/1988, já passou por outras reformas que repercutiram na Previdência. Precisamente foram seis. Como se vê, esta não será a primeira e provavelmente não será a última reforma. Vários ajustes já foram feitos. Por exemplo, desde a EC n.º 41/2003 que os servidores públicos não têm mais direito à integralidade. Portanto é preciso cautela! O que for mudado hoje, provavelmente precisará ser mudado novamente em alguns anos. A

situação é complexa e essas novas mudanças previdenciárias não podem ser vistas como únicas soluções, não se pode apostar todas as fichas nesta reforma (e a tão esperada reforma tributária com a taxa-ção das grandes fortunas?). Ela não será a chave da abóbada para a crise política e econômica e não pode ser feita isoladamente.

Percebe-se que esta reforma foca no contribuinte. Ou seja, não se fala no problema do financiamento da Seguridade como um todo. Por que não se trata das renúncias de receitas e das desonerações? Por que não se estabelecem regras rígidas de cobranças e restrições às empresas devedoras da Previdência? Estima-se que as dívidas de empresas com a Seguridade atingiram, em fevereiro de 2017, o montante de R\$935 bilhões. Pelo que o Governo tem divulgado, é algo em torno disso que se pretende, num cenário otimista, economizar em dez anos com a reforma. Destarte, essa questão dos grandes devedores não pode ser

alijada do debate. Os empregados e servidores públicos não podem ser os únicos a pagarem o preço da reforma. Seguramente, essa categoria não é a vilã da Previdência, como alguns tentam insinuar. Para se ter uma ideia de que esta conta tem recaído apenas nos ombros (bolsos) dos servidores, no Estado da Bahia, por exemplo, já há anos, o Regime Próprio de Previdência tem passado por mudanças para aumentar a contribuição dos servidores estaduais. Em 1993, a alíquota cobrada sobre o total da remuneração para garantir a aposentadoria era de 8%, em 1997, passou para 9%, em 2002, foi para 9,5, subindo para 11% em 2003, e 12% em 2004. Neste ano de 2019, houve mais uma elevação, passando para 14%, tendo como justificativa a premente necessidade de ajuste nas contas da Previdência. Essa será a última? Tem como chegar a cobrar 15%, 20%? Será esse o melhor caminho? As reformas da Previdência devem focar apenas no empregado? Os

aumentos reiterados das alíquotas são medidas paliativas, que só trazem soluções episódicas.

Declarações contundentes, e até apelativas, do Governo visam a uma aprovação apressada e integral do texto apresentado. Na primeira audiência pública na Câmara, o Ministro Paulo Guedes afirmou que a "velha Previdência é uma fábrica de privilégios". Em outra ocasião, confessou que "na reforma da Previdência eu deixei mesmo o clima de Fla-Flu. É tudo ou nada". É fato que a Previdência não se resume ao equilíbrio de contas, mas também serve para equilibrar injustiças sociais, como o exemplo do trabalhador rural. Concluímos reiterando e clamando à sociedade a buscar informações verdadeiras, ampliando seus conhecimentos sobre a matéria. Registre-se que não somos contra a Reforma. Filiamo-nos aos 59% da população (conforme pesquisa feita pelo Ibope a pedido da CNI) que entendem ser necessária. Porém não estamos numa partida de futebol, que tem um con-

tra o outro, que terá vencedor e derrotado. É preciso conciliar, debater, ajustar! Exerçamos a Previdência atual não como uma suposta "fábrica de privilégios", mas como um fundamental instrumento de mitigação do imenso passivo social do país, que, como qualquer mecanismo dependente de grandes aportes de recursos, deve sofrer adaptações, mas sempre preservando direitos adquiridos. Ao final e ao cabo, temos a convicção de que a andarilha verdade sempre prevalecerá. Afinal, como nos ensina o dito popular, "a mentira corre e cansa, e a verdade anda e alcança".

Inaldo da Paixão Santos Araújo
Mestre em Contabilidade, Conselheiro-corregedor do Tribunal de Contas do Estado da Bahia, professor, escritor.
Inaldo_paixao@hotmail.com
Luciano Chaves de Farias
Mestre em Políticas Sociais e Cidadania, Secretário-geral do Tribunal de Contas do Estado da Bahia. Professor. Escritor.
lfarias@tce.ba.gov.br

03/06/2019 - 05:00

BNDES realiza pré-pagamento de R\$ 30 bilhões ao Tesouro Nacional

Por

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) efetuou na sexta-feira o pagamento antecipado de R\$ 30 bilhões referentes à liquidação de contratos firmados entre o banco e a União. Em comunicado, a instituição informou que, com o adiantamento, já liquidou aproximadamente R\$ 340 bilhões em dívidas antecipadas com a União desde dezembro de 2015.

"Há ainda os pagamentos contratualmente previstos para 2019 e que deverão ser superiores a R\$ 23 bilhões", afirma o comunicado divulgado pela instituição.

O BNDES lembrou que a liquidação de R\$ 30 bilhões segue decisão aprovada pela diretoria em 30 de abril e pelo Conselho de Administração do banco em 9 de maio, "adotando os mesmos procedimentos em todas as operações de pré-pagamento, desde dezembro de 2015".

O banco de fomento ressaltou ainda que, como os pagamentos realizados devem ser utilizados pela União exclusivamente para abatimento de dívida pública federal, as antecipações efetuadas contribuíram, desde 2015, com a redução da dívida bruta do governo em 5,41% do PIB.

"Computando-se o serviço da dívida renegociada em outubro de 2018, com encurtamento de prazos e aceleração de serviço da dívida, o impacto total previsto de redução da dívida bruta deverá alcançar 5,75%", diz o BNDES.